



Corrente Sindical do Partido Operário Revolucionário

Membro do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional

Mais informações e contato: ☎ (11) 95446-2020

pormassas.org | @massas.por | anchor.fm/por-massas



Nº 12/2024 | SINPEEM | 28 de março

Categoria decide: a greve continua! CHEGA DE HUMILHAÇÃO!

Que o governo atenda às nossas reivindicações! Não aceitamos o reajuste miserável de 2,16%! Queremos melhores condições de trabalho! Em defesa da Educação pública! Abaixo o sucateamento do ensino e dos serviços públicos! Não à privatização e à terceirização!

A Câmara Municipal aprovou, por 37 votos a 15, e o Prefeito sancionou o PL 155/24, contendo o miserável reajuste de 2,16%. Em resposta, a categoria decidiu em assembleia pela continuidade da greve. O significado dessa decisão dos trabalhadores é fácil de compreender: não aceitamos a humilhação que representa a esmola oferecida pelo governo. E mais: queremos o atendimento às demais reivindicações da pauta, por melhores condições de trabalho e em defesa da Educação pública, contra o sucateamento das escolas, contra a precarização do ensino e contra o avanço da privatização/terceirização.

É verdade que, se não fosse a greve, o estrago poderia ter sido maior. Os trabalhadores estão cientes do risco que representa a substituição do salário por subsídio. Sem a luta coletiva, o governo se veria de mãos livres para lançar ataques mais profundos.

Cabe agora ao próprio movimento avaliar a correlação de forças com o governo e decidir o que fazer para avançar. A Corrente Proletária tem defendido sistematicamente que, para a greve ser vitoriosa, precisa ser ativa e tem de romper o seu isolamento. Ou seja, precisa parar as escolas, realizar as grandes manifestações de rua, as ocupações etc., buscando a unificação com outros setores, inclusive com as famílias dos nossos estudantes, no campo da independência de classe.

A importância de fazermos já um balanço parcial da greve se coloca em função do objetivo de impulsionar a luta. As direções sindicais, com

a Coeduc (SINPEEM, SEDIN e SINESP) à frente, aplicaram uma linha de mobilização, uma tática determinada. Cabe analisar essa tática à luz da experiência.

A linha colocada em prática, em primeiro lugar, foi a de separação diante do restante do funcionalismo e dos trabalhadores em geral, limitando o movimento às entidades específicas da Educação. O nome que se deve dar a essa política é “corporativismo”. O suposto argumento (na verdade, um subterfúgio) utilizado pela Coeduc foi o de que a Educação tem dotação orçamentária própria. A esperança era de que seria possível arrancar do governo alguma migalha a mais a partir dessas verbas. O resultado nós já conhecemos: o governo manteve-se intransigente em cima dos 2,16%, deixando a burocracia sindical sem nada a apresentar aos trabalhadores.

Em segundo lugar, a linha das direções foi a da pressão parlamentar e do eleitoralismo. Em outras palavras, levar o movimento à frente da Câmara, para “convencer” os vereadores a votarem a favor de um reajuste maior do que o contido no PL 155. Nas manifestações, era comum ouvir a palavra de ordem “se votar, não volta”. Nesse caso, o que se vê é a direção sindical alimentando ilusões na democracia burguesa, na via institucional, como se esse não fosse um terreno dominado por nossos inimigos de classe. Essa responsabilidade, é importante dizer, recai sobre as costas de parte das correntes de oposição do SINPEEM, também empenhadas em eleger seus candidatos em outubro

Continua →

próximo – o que implica dizer que utilizaram a nossa mobilização como trampolim eleitoral.

O presidente do SINPEEM, Cláudio Fonseca/PCdoB, sempre responde a essa crítica da Corrente Proletária dizendo que “não há direito sem lei”, dando a entender que não há como escapar da pressão sobre os parlamentares. Nossa réplica: trata-se de um engodo. É evidente que, sob o regime da democracia burguesa, interessa aos trabalhadores assegurarem suas conquistas mediante a aprovação na forma de lei – nem vamos questionar aqui o fato de a burguesia ignorar as leis que não estão de acordo com os seus interesses de classe. Acontece que a forma de obter tais conquistas não pode ser a do “convencimento” dos parlamentares. Estes se movimentam não por “bons argumentos”, mas pelas emendas parlamentares, pela distribuição de verbas, pelos interesses corporativos, em suma, pela força do poder econômico.

Temos como exemplo as contrarreformas da Previdência e a Administrativa, aprovadas para atender exclusivamente aos interesses do

capital financeiro, retirando direitos históricos dos trabalhadores. Agora, com a aprovação do irrisório reajuste de 2,16%, temos, lamentavelmente, outra derrota como exemplo para demonstrar a falência desse método. É preciso aprender com a lição: não podemos confiar e nem nos iludir com esses lacaios da burguesia.

A Corrente Proletária na Educação/POR defende: ao contrário do falido “convencimento” dos parlamentares, muitas vezes amparado nas ilusões eleitoreiras (“se votar, não volta”), devemos utilizar os métodos da luta de classes. A verdadeira pressão se dá ao ganhar as ruas, em grandes manifestações e bloqueios de avenidas. Está aí a conclusão principal desse balanço parcial: a greve deve ser ativa! Diferentemente da greve numa fábrica, por exemplo, onde a paralisação das máquinas provoca prejuízo imediato e força o patrão a negociar, o funcionalismo depende da projeção do movimento grevista e depende de tomar as ruas, afetando a produção e circulação de mercadorias, ou seja, depende de afetar a economia. ■

Dois anos de guerra na Ucrânia e cinco meses de massacre na Palestina **Nenhum trabalhador deve ser favorável às guerras de dominação**

As guerras são produtos fabricados pelos países imperialistas, estando à frente os Estados Unidos. São prejudiciais ao conjunto dos trabalhadores, pois retiram de parte do seu salário o dinheiro para pagar os grandes fabricantes de armas. Além disso, encarece os produtos de primeira necessidade, piorando ainda mais a vida dos trabalhadores.

O capitalismo em decomposição mostra sua face bárbara ao fomentar as guerras. A guerra na Ucrânia se arrasta por dois anos, comprometendo a economia ucraniana, despejando mortos nos cemitérios e abalando a economia mundial. A guerra é uma expressão dos interesses do imperialismo, principalmente dos EUA, em sua guerra comercial com a China. Utiliza a Ucrânia como bucha de canhão para controlar as maté-

rias-primas e os recursos naturais da região. Financia as armas de destruição em massa, colocando em risco a vida dos trabalhadores e fomenta uma guerra de proporções nucleares.

A Palestina apresenta o mesmo quadro de barbárie. Capitaneada pelo Estado sionista de Israel, enclave do imperialismo no Oriente Médio, pratica uma carnificina sobre os trabalhadores palestinos, principalmente na Faixa de Gaza.

Por isso, o Partido Operário Revolucionário e o Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI) mantêm ativa sua campanha contra a Guerra na Ucrânia e o genocídio sionista na Faixa de Gaza. Defende que somente o movimento das massas, sob a direção da classe operária, pode colocar fim às guerras. ■

Escute o Massas, podcast do Partido Operário Revolucionário

ACESSE O NOSSO CANAL:

anchor.fm/por-massas

(Através desse link, é possível acessar outras plataformas, como o Spotify)

No podcast Massas, você ouve episódios sobre a conjuntura nacional e internacional, e sobre as manifestações da luta de classes, além de ouvir a cobertura das atividades e atos políticos presenciais realizados pelo POR, dentre outros episódios.



**PARTIDO OPERÁRIO
REVOLUCIONÁRIO**

